

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MATHEUS HENRIQUE DE SOUZA LIMA

**AMIGABILIDADE DAS NORMAS VOLUNTÁRIAS SUSTENTÁVEIS: UMA
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS SETORES DE SOJA E CAFÉ**

Sorocaba

2025

MATHEUS HENRIQUE DE SOUZA LIMA

**AMIGABILIDADE DAS NORMAS VOLUNTÁRIAS SUSTENTÁVEIS: UMA
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS SETORES DE SOJA E CAFÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do título/grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientação: Prof. ^a Dr. ^a Rosane Nunes de Faria

Sorocaba

2025

Lima, Matheus Henrique de Souza

Amigabilidade das normas voluntárias sustentáveis: uma análise comparativa entre os setores de soja e café / Matheus Henrique de Souza Lima -- 2025. 43f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Rosane Nunes de Faria

Banca Examinadora: Rosane Nunes de Farias, Mariusa

Momenti Pitelli, Jéssica Letícia Souza da Souza

Bibliografia

1. Normas voluntárias de sustentabilidade. 2. Soja . 3. Café. I. Lima, Matheus Henrique de Souza. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR


Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano - CRB/8 6979

Matheus Henrique de Souza Lima

**AMIGABILIDADE DAS NORMAS VOLUNTÁRIAS SUSTENTÁVEIS: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE OS SETORES DE SOJA E CAFÉ**


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia da
Universidade Federal de São Carlos, *campus*
Sorocaba, para obtenção do título/grau de
bacharel em Ciências Econômicas.
Universidade Federal de São Carlos.

Sorocaba, 10 de dezembro de 2025

Documento assinado digitalmente
 ROSANE NUNES DE FARIA
Data: 10/12/2025 13:08:14-0300
Verifique em <https://validar.jil.gov.br>

Profª. Dra. Rosane Nunes de Faria
Orientador(a)

Profª. Dra. Mariusa Momenti Pitelli
Examinador(a)

Documento assinado digitalmente
 MARIUSA MOMENTI PITELLI
Data: 10/12/2025 13:19:12-0300
Verifique em <https://validar.jil.gov.br>

Estudante de mestrado Jéssica Leticia Souza
Examinador(a)

Documento assinado digitalmente
 JESSICA LETICIA SOUZA DA SILVA
Data: 10/12/2025 13:53:39-0300
Verifique em <https://validar.jil.gov.br>

RESUMO

Este trabalho investiga qual é o grau de “amigabilidade” das Normas Voluntárias Sustentáveis (NVS) para os produtores. A pesquisa propõe um índice para mensurar a acessibilidade e o suporte oferecido pelas NVS, considerando variáveis como transparência, participação, custos, assistência financeira e governança. Foram selecionadas e avaliadas 15 NVS para a soja e 14 para o café, utilizando dados do Standards Map Database. Os resultados mostram que, enquanto o setor cafeeiro apresenta normas mais homogêneas e amigáveis aos produtores, o setor da soja é marcado por maior heterogeneidade e desafios de transparência e inclusão dos produtores. O estudo contribui para o debate sobre sustentabilidade no agronegócio brasileiro e sugere caminhos para fortalecer a inclusão e o suporte aos pequenos e médios produtores.

Palavras-chave: Normas Voluntárias de Sustentabilidade. Desenho Institucional. Soja. Café.

ABSTRACT

This study investigates how “producer-friendly” Sustainable Voluntary Standards (VSS) are. The research proposes an index to measure the accessibility and support offered by VSS, considering variables such as transparency, participation, costs, financial assistance, and governance. Fifteen VSS for soy and fourteen for coffee were selected and evaluated using data from the Standards Map Database. The results show that while the coffee sector has more homogeneous and producer-friendly standards, the soy sector is characterized by greater heterogeneity and challenges related to transparency and producer inclusion. The study contributes to the debate on sustainability in Brazilian agribusiness and suggests ways to strengthen the inclusion and support of small and medium-sized producers.

Keywords: Voluntary sustainability Standards. Institutional design. Soybean. Coffee.

1. INTRODUÇÃO	6
2. REVISÃO DA LITERATURA	8
2.1. AS NORMAS VOLUNTÁRIAS SUSTENTÁVEIS	9
2.2. DESENHO INSTITUCIONAL DAS NORMAS VOLUNTÁRIAS SUSTENTÁVEIS	10
3. METODOLOGIA	13
3.1. AS NORMAS VOLUNTÁRIAS SUSTENTÁVEIS NO SETOR DE SOJA E CAFÉ	13
3.2. DESENHO INSTITUCIONAL DAS NORMAS VOLUNTÁRIAS SUSTENTÁVEIS	15
3.3. ÍNDICE DE AMIGABILIDADE DAS NORMAS VOLUNTÁRIAS SUSTENTÁVEIS	22
4. RESULTADO	23
5. CONCLUSÃO	31
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1. INTRODUÇÃO

O impacto negativo da produção de *commodities* agrícolas na qualidade ambiental da fauna e da flora, tem gerado discussões que buscam estratégias para suprir as demandas mundiais por tais produtos, ao passo em que o ciclo produtivo desses produtos se torne menos prejudicial ao meio-ambiente e a sociedade. Dessa forma, surgem as Normas Voluntárias Sustentáveis (NVS) que, segundo a UNFSS (United Nation Forum on Sustainability Standards, 2015) são padrões que os produtores, comerciantes, fabricantes, varejistas e prestadores de serviços podem ser solicitados a seguir para que os produtos que cultivam, negociam ou comercializam não prejudiquem a sociedade e o meio-ambiente, gerando padronizações sustentáveis às cadeias produtivas.

Pião et al. (2019) definem as Normas Voluntárias Sustentáveis como padrões destinados a melhorar a produção e o comércio na agricultura nos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Essas normas também podem ser usadas por empresas e organizações para diferenciar suas marcas e demonstrar compromisso com práticas sustentáveis. As NVS incluem critérios e requerimentos relacionados à sustentabilidade ambiental, social e econômica, e a adoção dessas normas pode levar a melhorias nos processos de produção, na qualidade dos produtos e na gestão das unidades de produção.

Apesar do impacto positivo esperado tanto no meio ambiente quanto na qualidade dos produtos oferecidos aos consumidores, as NVS ainda enfrentam desafios em sua implementação, mesmo com sua recente proliferação. Essas dificuldades são evidentes nas decisões de consumo e na adaptação de pequenos e médios produtores, devido aos altos custos de implementação e conformidade com essas normas. Entre os principais obstáculos estão os investimentos em novos maquinários, insumos, capacitações, e a necessidade de atender a exigências regulatórias adicionais, gerando custos extras significativos (BENNETT, 2017).

As NVS se proliferaram de forma notável durante as décadas de 90 e 2000, e atualmente o Standards Maps Database, que é a base de dados pública mais relevante, informa 356 NVS em 2025, sendo que 85 delas se aplicam ao café e 103 podem ser aplicadas as atividades da soja.

Diante da crescente proliferação das normas voluntárias de sustentabilidade, observa-se o surgimento de uma ampla variedade de arranjos institucionais. Essa diversidade decorre diretamente da multiplicidade de objetivos atribuídos a essas normas, o que se reflete em estruturas organizacionais heterogêneas. Nesse contexto, é possível identificar como fatores — tais como os propósitos normativos, os agentes envolvidos na formulação e implementação, os tipos de insumos regulados e as dinâmicas das relações comerciais — exercem influência decisiva na configuração institucional de cada norma.

Naturalmente, com a proliferação das normas e o variado leque de desenhos institucionais, os custos de adequação e certificação dos produtores aumentou, porque a demanda e a complexidade do processo cresceram, além dos requisitos de certificação se tornarem mais difíceis, como Bennett (2017) cita “*à medida que os padrões se multiplicaram e amadureceram, os critérios exigidos para a certificação tornaram-se cada vez mais complexos, e o processo de certificação mais demorado e caro*” (BENNETT, 2017, p. 54 tradução livre).

Depoorter and Marx (2024) citam a proliferação das NVS como consequência do aperfeiçoamento das cadeias produtivas. Para os autores “*um dos principais motores por trás do crescimento dos NVS é a internacionalização das cadeias de suprimento, ou o surgimento das cadeias de globais de valor (GVCs), à medida que as empresas atualmente obtêm produtos de todo o mundo. O surgimento das cadeias de globais de valor facilitou ganhos de eficiência e deu aos consumidores acesso a maior variedade e produtos a preços mais baixos. As cadeias de suprimento tornaram a produção mais complexa. As empresas líderes precisam ser capazes de garantir que os fornecedores estejam em conformidade com os padrões de qualidade e segurança, e estabelecer sistemas para monitorar o processo de produção, incluindo a rastreabilidade da origem e do fluxo de insumos e produtos processados.*” (Depoorter and Marx, 2022, p.15, tradução livre).

A implementação das NVS impõe desafios significativos, sobretudo para pequenos e médios produtores. Os custos de adequação são elevados, englobando investimentos em maquinário, insumos, capacitação e atendimento a exigências regulatórias adicionais (Bennett, 2017). Esses custos são agravados pela proliferação e heterogeneidade das normas, que variam em critérios, rigor e mecanismos de verificação, tornando o processo de conformidade mais complexo e oneroso (Depoorter & Marx, 2024).

Além dos custos diretos, há custos indiretos associados à necessidade de adaptação contínua a mudanças nos requisitos das normas, à duplicidade de auditorias e à falta de

harmonização entre diferentes certificações (UNFSS, 2022; Hidalgo et al., 2022). A ausência de mecanismos de compartilhamento de custos e de assistência financeira em muitas normas agrava a exclusão de pequenos produtores, perpetuando desigualdades no acesso aos mercados sustentáveis (Bennett, 2017; Fiorini et al., 2019).

Hidalgo et al. (2022) destacam que o desenho institucional das normas voluntárias de sustentabilidade exerce papel central na determinação dos custos de comércio e das barreiras à sua implementação, especialmente em países em desenvolvimento. Os autores analisam diversas dimensões institucionais, como o envolvimento dos produtores no processo decisório, os acordos de compartilhamento de custos, os mecanismos de apoio técnico e financeiro, e a transparência dos procedimentos de auditoria e certificação.

Segundo Hidalgo et al. (2022), normas que não contemplam mecanismos claros de assistência financeira e de divisão de custos tendem a excluir pequenos produtores, pois estes enfrentam maiores dificuldades para arcar com os investimentos necessários à adequação. Além disso, a ausência de processos participativos e de adaptação das normas às realidades nacionais pode aumentar a complexidade e os custos de conformidade, dificultando a inclusão de produtores de diferentes contextos socioeconômicos.

Voora et al. (2024) apontam que a porcentagem de soja que atende às normas voluntárias de sustentabilidade atingiu 1,6% a 2,2% da produção total em 2021. Os autores também mostram que a produção mundial de soja certificada por normas voluntárias praticamente dobrou entre 2008 e 2021. A produção total de soja em conformidade em 2019 variava de 5,79 a 8,78 milhões de toneladas, com um valor de exportação variando de US\$ 1,71 bilhão a US\$ 2,53 bilhões. Ainda segundo Voora et al. (2024), o Brasil não é apenas o maior produtor mundial de soja como também lidera em volume de produção em conformidade com as normas voluntárias de sustentabilidade, além de concentrar a maior quantidade de soja potencialmente compatível com essas normas.

Já no mercado de café, Kemper et al. (2023) mostram que a participação das NVS é bem mais expressiva, sendo que pelo menos 23,9% da produção mundial de café era certificada em 2021. Bermudez et al. (2022) apontam que a produção de café em conformidade com normas voluntárias de sustentabilidade cresceu a uma taxa composta anual de 13% a 19% entre 2008 e 2019. Além disso, em 2019, a produção de café em conformidade com as NVS representou um máximo de 45,4% da produção global total.

Diante disso, o presente estudo busca responder às seguintes questões: quão amigáveis aos produtores são as Normas Voluntárias de Sustentabilidade (NVS) nos setores de café e soja? Em particular, de que forma o desenho institucional das NVS incorpora práticas

voltadas aos produtores — como transparência, divisão de custos e participação nas decisões — capazes de facilitar a adoção e a implementação dessas normas? Ademais, existem diferenças significativas no desenho institucional das NVS aplicadas aos setores de soja e café?

Busca-se observar as diferenças em relação ao desenho institucional das Normas Voluntárias Sustentáveis desses dois setores, comparando-os e observando o quão são amigáveis aos produtores. O objetivo é apresentar as principais normas de cada setor e identificar as discrepâncias e similaridades quanto ao desenho institucional e seus graus de amigabilidade para com os produtores.

O estudo será direcionado aos setores da soja e café devido à sua relevância histórica e econômica para o Brasil, já que ambos representam parcelas significativas das exportações nacionais. O café, desde o início dos anos 1900, destaca-se como um dos principais produtos exportados pelo país. Beneficiado por condições climáticas favoráveis e outras vantagens comparativas, consolidou-se como um dos pilares da pauta exportadora brasileira. A soja, por sua vez, ganhou protagonismo especialmente a partir da virada do século, impulsionada pelo crescimento da demanda mundial pela *commodity*, o que contribuiu para elevar de forma expressiva os resultados da balança comercial brasileira.

Essa importância se reafirma nos dados recentes: em 2024, a soja respondeu por 13% das exportações brasileiras, enquanto o café representou 4,9% do total exportado (ComexStat, 2025), mantendo-se entre os cinco principais produtos da pauta exportadora do país.

Os resultados mostram que no setor da soja, observa-se maior dispersão e heterogeneidade nos índices de amigabilidade das normas, refletindo desafios de transparência, inclusão e suporte aos produtores. Já no setor cafeeiro, as normas são mais homogêneas e, em geral, mais acessíveis, com maior suporte institucional e mecanismos de assistência financeira, o que pode facilitar a adequação dos produtores.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção apresenta uma breve contextualização sobre a origem, objetivos e o processo de implementação e proliferação das normas voluntárias sustentáveis. O enfoque é o desenho institucional das normas, as diferenças entre elas e como tais discrepâncias resultam em impactos em todos os elos da cadeia produtiva, em especial, na extremidade dos pequenos e médios produtores.

2.1. AS NORMAS VOLUNTÁRIAS SUSTENTÁVEIS

Segundo Pião (2019), aproximadamente 2,5 bilhões de pessoas atuam de forma ativa em pequenas explorações agrícolas, principalmente localizadas em países ainda em desenvolvimento, como o Brasil. Neste contexto, a autora aborda as discrepâncias regionais de produção e consumo de produtos agrícolas, utilizando os termos de Prebisch (1949) em que os produtos agrícolas são produzidos na “periferia” e consumidos no “centro”, fazendo referência aos países subdesenvolvidos e desenvolvidos, respectivamente. Essa alteração regional, somada à crescente conscientização popular de viés sustentável gera incertezas quanto ao processo produtivo. Diante disso, grandes corporações e diferentes setores da sociedade, como organizações não governamentais (ONGs), empresas, governos e organizações internacionais foram motivadas a desenvolver as Normas Voluntárias de Sustentabilidade.

As Normas Voluntárias de Sustentabilidade surgem como resposta à crescente preocupação global com os impactos ambientais e sociais das cadeias produtivas agrícolas, especialmente em *commodities* como soja e café. Segundo o United Nations Forum on Sustainability Standards (UNFSS, 2022), essas normas estabelecem requisitos que produtores, comerciantes e fabricantes podem ser solicitados a cumprir, abrangendo métricas de sustentabilidade ambiental, social e econômica. Embora sejam formalmente voluntárias, a literatura aponta que, na prática, sua adoção tornou-se condição *sine qua non* para acesso aos mercados internacionais mais exigentes (Henson & Humphrey, 2009; Judge-Lord et al., 2020).

Fiorini (2018) define as NVS como sistemas organizacionais coletivos que implementam padrões relacionados a aspectos sociais e ambientais de sustentabilidade, incluindo atividades de definição de padrões, capacitação, garantia, rotulagem e monitoramento. De acordo com Pião (2019), além de um produto de melhor qualidade oferecido aos consumidores finais, a adesão às NVS culminou em uma melhor gestão de propriedade com redução de custos relacionada à gestão de insumos e melhores condições de trabalho para os produtores analisados, do setor de café.

O 5º relatório de referência do Fórum das Nações Unidas sobre Normas Voluntárias de Sustentabilidade, publicado em 2022, define as NVS como “*normas que especificam requisitos que produtores, comerciantes, fabricantes, varejistas ou prestadores de serviços podem ser solicitados a cumprir, relacionados a uma ampla gama de métricas de*

sustentabilidade, incluindo respeito pelos direitos humanos básicos, saúde e segurança dos trabalhadores, impactos ambientais da produção, relações comunitárias, planejamento do uso da terra e outros aspectos.” (UNFSS, 2022, pág. 17).

Henson e Humphrey (2009) também abordam a popularidade das normas, sobretudo, nos últimos quinze anos, apontando o impacto sobre toda a cadeia de valor. Os principais impulsionadores de popularidade das normas, segundo os autores, são as crises de segurança alimentar, a globalização das cadeias de suprimento, as mudanças regulatórias e a necessidade de diferenciação de produtos. Novamente, as normas privadas são observadas e apresentam mais complicações para os produtores, diante de sua maior rigidez e da dificuldade em considerar a opinião deles, porém, se mostram eficazes quanto à qualidade final do produto, justamente por serem mais rigorosas.

Henson e Humphrey (2009) apresentam uma discussão relevante sobre a classificação das normas voluntárias e dos regulamentos. Segundo os autores, as Normas Voluntárias, como o próprio nome indica, não possuem caráter obrigatório. Elas podem ser públicas ou privadas e servir como referenciais, porém não acarretam sanções legais em caso de descumprimento. Em contraste, os regulamentos consistem em normas estabelecidas por autoridades públicas, cuja conformidade é obrigatória e cujo não cumprimento pode resultar em penalidades legais. Apesar do caráter voluntário, Henson & Humphrey (2009) argumentam que a literatura mostra que, na prática, sua adoção tornou-se obrigatória para inserção em mercados internacionais, especialmente na União Europeia e em países desenvolvidos (UNFSS, 2022; Judge-Lord et al., 2020). Grandes compradores, varejistas e multinacionais passaram a exigir certificações como condição para aquisição de produtos, transferindo a pressão regulatória para os elos mais frágeis da cadeia, ou seja, os produtores. Esse fenômeno é intensificado pela internacionalização das cadeias de valor, que demanda rastreabilidade, padronização e garantia de práticas sustentáveis em toda a cadeia produtiva (Depoorter & Marx, 2024). Assim, mesmo sem força de lei, as NVS adquirem caráter de obrigatoriedade econômica e comercial, pois a não conformidade implica exclusão de mercados, perda de competitividade e restrição ao acesso a financiamentos e contratos (Voora et al., 2024).

Devido a lacunas na regulamentação pública e à pressão de movimentos ativistas (Judge-Lord et al., 2020), as normas se proliferaram de forma acentuada. Segundo a UNFSS (2022), em 1990 existiam aproximadamente 50 normas, um número significativamente menor se comparado à 2024, onde foram catalogadas 356 normas, segundo o International Trade Centre Standards Map, e 456 *ecolabels*, de acordo com o Ecolabel Index.

Ainda segundo o relatório da UNFSS (2022), essa proliferação exponencial foi gerada pela maior conscientização dos consumidores em relação às questões de consumo sustentável, somada a regulamentações públicas mais rigorosas. Esse fenômeno só perdeu força em 2017, devido a fusões de normas já existentes, como Rainforest Alliance e a UTZ, saturações em setores econômicos específicos, como café e cacau, e dificuldades para estabelecer normas em setores menos desenvolvidos.

A literatura aponta ainda que a multiplicidade de normas e a falta de harmonização entre elas resultam em duplicidade de auditorias e exigências, elevando os custos indiretos de certificação. Dessa forma, Hidalgo et al. (2022) sugerem que a adoção de abordagens progressivas, com requisitos iniciais mais simples e mecanismos de apoio técnico e financeiro, é fundamental para ampliar a inclusão e reduzir as barreiras de entrada às normas voluntárias de sustentabilidade.

Em síntese, a literatura revisada demonstra que as NVS, embora fundamentais para a promoção da sustentabilidade no agronegócio, impõem desafios consideráveis de adequação, principalmente em função dos custos e da complexidade dos processos de certificação. A voluntariedade formal dessas normas contrasta com a obrigatoriedade prática imposta pelas exigências dos mercados internacionais, configurando um cenário em que a inclusão efetiva dos produtores depende de avanços em mecanismos de suporte, harmonização e compartilhamento de custos.

2.2. DESENHO INSTITUCIONAL DAS NORMAS VOLUNTÁRIAS SUSTENTÁVEIS

Diante de um número elevado de NVS, é interessante observar as diferenças entre elas no que se refere aos requerimentos que elas estabelecem, e aos aspectos estruturais do desenho institucional. Segundo o relatório da UNFSS (2022), o desenho institucional é abordado como aspecto crítico para determinar a eficácia e aceitabilidade das NVS, em especial, quando aplicada aos países em desenvolvimento. Dentre as diferenciações gerais que podem existir entre uma norma e outra, o relatório explora especificamente o desenho institucional.

Segundo Fiorini (2018), o conceito de desenho institucional refere-se à estrutura e à organização dos sistemas de normas voluntárias de sustentabilidade. Esse desenho abrange elementos como governança, processos de tomada de decisão, mecanismos de verificação e conformidade. Tais aspectos influenciam diretamente a eficácia e a legitimidade dessas normas no âmbito da governança global. O autor destaca, ainda, que os principais

componentes que caracterizam o desenho institucional incluem a governança, os procedimentos de auditoria (verificação), a inclusão dos diferentes agentes envolvidos, a capacidade de resolução de conflitos e, naturalmente, os critérios e diretrizes a serem seguidos pelas entidades que adotam a NVS.

Hidalgo et. al (2022) elencam as várias dimensões dos desenhos institucionais e como elas afetam os custos de comércio associados à implementação de normas voluntárias sustentáveis. Os aspectos analisados do desenho institucional são a organização responsável pela definição das normas, o envolvimento dos produtores no processo de tomada de decisão, os acordos de compartilhamento de custos, os custos de implementação, os custos de certificação, os mecanismos de apoio ao produtor como documentos de apoio e assistência técnica, os sistemas de monitoramentos e verificação das normas e os aspectos do regime de transparência, como adaptação das normas e documentos às especificidades do país, estrutura de governança, certificação/verificação, resolução de reclamações e disputas, políticas de resolução e demonstração financeira.

É válido citar que a Organização Mundial do Comércio (OMC) não exerce papel ativo na regulação ou discussão das normas voluntárias de sustentabilidade (NVS). Tal ausência decorre do fato de que as NVS, por não possuírem caráter compulsório e não configurarem barreiras comerciais formais, situam-se fora do escopo tradicional de atuação da OMC, que se concentra em acordos multilaterais e regulamentos obrigatórios do comércio internacional. De modo semelhante, a atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) nesse campo é bastante restrita, limitando-se, em grande medida, à promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A ONU não estabelece mecanismos normativos ou de monitoramento específicos para as NVS, atuando principalmente como indutora de princípios gerais de sustentabilidade.

Bennett (2017) elabora um índice para analisar aspectos governamentais das normas como a auditoria realizada por empresas terceiras e se as normas possuem ou não fins lucrativos, levando em consideração o impacto geográfico, ou seja, em quantos continentes/regiões a norma está presente e se o consumo/produção ocorre em países diferentes. Dessa forma a análise engloba questões geopolíticas, diante, por exemplo, da suposição de que resultados semelhantes podem significar realidades diferentes de acordo com a cultura, economia e região dos países que obtiverem essa semelhança.

Naturalmente, é possível identificar uma relação entre o comportamento das normas voluntárias de sustentabilidade e o contexto socioeconômico em que são aplicadas. No entanto, para uma análise mais robusta dos efeitos gerados por essas normas, é fundamental

considerar também as especificidades geopolíticas e geográficas de cada país. Mesmo que os resultados aparentes — como o aumento na adoção de práticas sustentáveis ou o cumprimento de certos critérios ambientais — sejam semelhantes entre países, a interpretação desses resultados deve levar em conta as diferentes realidades nacionais.

Países com estruturas políticas instáveis, com menor capacidade institucional, infraestrutura regulatória limitada ou desafios logísticos associados à sua localização geográfica podem apresentar dinâmicas muito distintas na aplicação e nos impactos que as NVS podem ter. Assim, aspectos do desenho institucional — como os mecanismos de governança, os incentivos econômicos e os processos de implementação — devem ser analisados à luz das condições locais. Dessa forma, é possível compreender por que determinados arranjos institucionais produzem efeitos mais profundos em alguns contextos e mais restritos em outros, mesmo diante de aparentes semelhanças nos indicadores de resultado (BENNETT, 2017).

Marx e Wouters (2014) abordam o desenho institucional de uma perspectiva focada na transparência. Eles avaliam como diferentes normas divulgam informações sobre sua estrutura de governança, processos de certificação e mecanismos de resolução de disputas.

As diferenças institucionais entre as normas se dão em diferentes níveis, mas segundo Bennett (2017), elas se diferem principalmente em relação ao agente responsável pela administração da norma, aos processos de monitoramento e verificação, aos custos de adaptação e ao nível de amigabilidade para com os produtores. Ter uma vasta gama de desenhos institucionais permite mostrar que não há uma única forma ideal de estrutura institucional que funcione para todos os contextos, ao contrário, há uma grande diversidade de formas que podem ser eficazes dependendo das circunstâncias.

Apesar de diversos benefícios da vasta quantidade de desenhos institucionais citados, com a maior abrangência de agentes e a possibilidade de atuar buscando objetivos diversos, aspectos como a amigabilidade com pequenos produtores, processos de auditoria e fiscalização e processo de facilitação para adequação à norma, geram divergências. Normas gerenciadas por organizações públicas geram efeitos diferentes nos produtores se comparadas às normas gerenciadas por grandes corporações, segundo Bennett (2017).

O relatório da UNFSS (2015) também apresenta recomendações direcionadas às normas, considerando suas diferentes estruturas institucionais e ressaltando o amplo potencial de aprimoramento nesse campo. Entre as principais orientações, destacam-se: ampliar a inclusão nas NVS, de modo a permitir maior participação de atores de países em desenvolvimento na definição e governança das normas; adotar abordagens progressivas que facilitem a adaptação

de pequenos produtores, por meio de requisitos iniciais mais simples e de ajustes graduais; e promover a harmonização entre normas, reduzindo a duplicação de esforços, minimizando custos e aumentando a eficiência (UNFSS, 2015).

3. METODOLOGIA

3.1. AS NORMAS VOLUNTÁRIAS SUSTENTÁVEIS NO SETOR DE SOJA E CAFÉ

O Standards Maps Database é uma plataforma pública que fornece informações sobre Normas Voluntárias de Sustentabilidade. A plataforma disponibiliza informações sobre o perfil das normas, sobre os requerimentos que cada norma estabelece e sobre o desenho institucional de cada uma delas. Pela alta disponibilidade de informações, por ser uma base de dados pública amplamente utilizada na literatura, e pelas ferramentas comparativas, será a base de dados principal do trabalho.

A plataforma catalogou em abril de 2025, 355 Normas Voluntárias, das quais 85 se aplicam ao café, 103 à soja e 75 se aplicam aos dois setores simultaneamente. Dentre as normas mais relevantes para o café, considerando a relevância de mercado das entidades que as gerenciam, a popularidade e o número de participantes, tem-se a The Common Code for the Coffee Community (4C), Fairtrade International, GLOBALG.A.P. IFA Smart. Integrated Farm Assurance Smart, majoritariamente gerenciados por organizações governamentais, diferentemente das normas mais relevantes para a soja, que são em sua maioria, gerenciadas por grandes *players* do mercado, são elas: ADM Responsible Soybean Standard, Louis Dreyfus Company (LDC) Program for Sustainable Agriculture, SODRU Sustainable Soy e Sustainable Farming Assurance Programme.

É interessante notar também que os grandes players responsáveis pelo gerenciamento das normas mais relevantes para a soja, não são empresas brasileiras, evidenciando uma observação apontada pelo relatório da UNFSS, onde essa “distância” geográfica, econômica e cultural entre os pequenos produtores de países desenvolvidos e os agentes responsáveis pela elaboração e manutenção dessas normas, torna a dinâmica ainda mais complexas.

As normas selecionadas para análise foram escolhidas com base em três critérios principais: (i) relevância de mercado, considerando o volume de produção e exportação associado; (ii) abrangência geográfica, priorizando normas com atuação internacional; e (iii)

disponibilidade de informações detalhadas na plataforma Standards Map Database. Essa abordagem visa garantir representatividade e comparabilidade entre os setores estudados.

No presente estudo são analisadas 14 normas voluntárias de sustentabilidade para o café e 15 para a soja conforme mostra o Quadros 1 e o Quadro 2.

Quadro 1 – Normas voluntárias sustentáveis mais relevantes para a soja

Normas Voluntárias de Sustentabilidade	Produto
ADM Responsible	Soja
LDC Program	Soja
SODRU Sustainable	Soja
Sustainable Farming Assurance Programme	Soja
Cefetra Certified Responsible Soya Standard	Soja
COFCO International Responsible Agriculture Standard	Soja
GMP+	Soja
Origins Field (by Amaggi)	Soja
Round Table on Responsible Soy (RTRS)	Soja
Caramuru Sustentar Programme	Soja
Bunge Pro-S Assuring Sustainable Sourcing	Soja

Continua

Normas Voluntárias de Sustentabilidade	Produto
Cargill Triple S Soya Products	Soja
ProTerra Foundation	Soja
International Sustainability and Carbon Certification (ISCC)	Soja
Agricultura Sustentable Certificada + Module on Non-conversion	Soja

Fonte: Elaborada pelo autor.

Notas: Os dados foram coletados em setembro de 2025.

Quadro 2 - Normas voluntárias sustentáveis mais relevantes para o café

Normas Voluntárias de Sustentabilidade	Produto
4C (Common Code for the Coffee Community)	Café
Fairtrade International	Café
GLOBALG.A.P. IFA Smart – principles and criteria for fruit and vegetables + GRASP	Café
Comercio Justo Internacional - Organizaciones de Pequeños Productores	Café
Rainforest Alliance	Café
FEMAS Responsible Sourcing Module 2021	Café
McDonalds Supplier Workplace Accountability	Café
SAI Platform - Farm Sustainability Assessment FSA	Café
USDA National Organic Program – NOP	Café
Fair Trade USA APS for Large Farms and Facilities	Café
Fair Trade USA APS for Small Farms and Facilities	Café
GLOBALG.A.P. Risk Assessment on Social Practice (GRASP)	Café

Continua

Normas Voluntárias de Sustentabilidade	Produto
VietFarm	Café

Fonte: Elaborada pelo autor.

Notas: Os dados foram coletados em setembro de 2025.

3.2. DESENHO INSTITUCIONAL DAS NORMAS VOLUNTÁRIAS SUSTENTÁVEIS

As variáveis utilizadas para captar os aspectos do desenho institucional das normas são embasadas no Standards Map Database e englobam tanto aspectos de como cumprir os requerimentos de adoção às normas e as implicações de governança das normas para os produtores.

As variáveis escolhidas são divididas em dois grandes pilares que são como cumprir com os requerimentos de adoção às normas e governança das normas.

O primeiro pilar agrupa variáveis referentes ao procedimento acordado e requisitos para o cumprimento e manutenção da certificação pela norma voluntária. Este pilar agrupa variáveis que impactam a transparência, acessibilidade, imparcialidade, o grau de criticidade das auditorias, a disponibilidade pública dos resultados e requisitos, a adaptabilidade nacional, considerando que as normas atingem produtores de diversos países, e a criação de planos de ação para o produtor.

A variável “Custos” se refere à disponibilidade de informações sobre os valores de verificação, como taxas de certificação e licenças. Para o produtor, é importante ter a possibilidade de encontrar essas informações, para que se planeje financeiramente.

A variável “Reclamações e Recurso” avalia a existência de mecanismos formais destinados à coleta e ao tratamento de reclamações por parte dos produtores, especialmente em relação aos processos de tomada de decisão associados às conformidades. A presença desses mecanismos é essencial para garantir transparência, equidade e a possibilidade de contestação dentro dos sistemas normativos. Da perspectiva do produtor, é importante ter uma plataforma para expor sua opinião e fazer sua voz ser ouvida, aumentando seu senso de pertencimento e sua confiança na norma.

A variável “Certificação de Grupo” se refere à possibilidade de certificação em grupos de produtores, como por exemplo, cooperativas. Sob a perspectiva dos participantes, essa variável assume especial relevância para pequenos produtores, que frequentemente enfrentam

desafios financeiros para se adequar às exigências normativas. A possibilidade de reunir recursos com vistas à conformidade torna-se estratégica, sobretudo diante dos elevados custos envolvidos nos processos de adaptação às normas estabelecidas.

A variável “Plano de Ação Corretiva” se refere à possibilidade de disponibilizar um planejamento corretivo aos produtores após o processo de avaliação de auditoria. Material dessa natureza auxilia nas etapas do processo de regularização e clarifica essa necessidade com maiores informações e com prazos definidos, dessa forma, é vantajoso para os produtores que a norma voluntária de sustentabilidade ofereça este recurso.

A variável “Disponibilidade dos Resultados da Auditoria” se refere à transparência referente aos resultados do processo de auditoria. A disponibilidade desses resultados ajuda os produtores a visualizarem quais pontos precisam ser ajustados e, dessa forma, planejarem planos de ação corretivos.

A variável “Funções e Responsabilidades da Equipe” está relacionada à disponibilidade pública da função e as responsabilidades de cada membro da equipe responsável pela gestão das normas voluntárias de sustentabilidade. Sob a perspectiva do produtor, o conhecimento da composição do corpo gerencial e das respectivas responsabilidades de seus membros revela-se essencial diante de eventuais demandas. Essa compreensão permite maior assertividade na busca por suporte e contribui para o desenvolvimento de autonomia, especialmente em situações que exigem a cobrança por melhorias em setores com desempenho insatisfatório.

A variável “Regimes e adaptações nacionais” se refere à possibilidade de adaptação dos documentos das normas voluntárias de sustentabilidade à nacionalidade do produtor, diante da multinacionalidade de muitas normas escolhidas para análise. Os produtores são mais beneficiados com essa adaptação nacional porque muitas normas são aplicadas em países com realidades políticas, sociais, econômicas e culturais diferentes, onde ainda é necessário considerar as variações relacionadas às políticas públicas que oferecem incentivos à setores determinados, variando esses setores entre nações. O artigo propõe a análise de normas com atuação internacional, assim, essa adaptação nacional permite uma análise mais coerente com a realidade brasileira.

A variável “Assistência Financeira” se refere à possibilidade de assistência financeira aos produtores para auxiliá-los no processo de adequação e certificação. Esse auxílio pode ser determinante e facilitar o processo de adaptação e adequação do produto aos padrões das normas, tornando-as mais amigáveis aos produtores.

As variáveis relacionadas ao pilar cumprimento das normas estão definidas no Quadro 3 onde também se define as pontuações das respostas de cada variável.

Quadro 3 – Variáveis relacionadas ao cumprimento das normas e pontuação para os respectivos atributos

Variável	Descrição Variável	Descrição
Como Cumprir		
Reclamações e Recurso	Existe um mecanismo de reclamações para decisões de conformidade?	A norma não possui este recurso: 1; A norma disponibiliza este recurso aos produtores: 2.
Custos	É possível saber os custos da verificação? (taxas de certificação ou licença)	Não disponibilizam esta informação aos fornecedores, pontuam 1; Fornecem essa informação mediante solicitação, pontuam 2; Fornecem essa informação publicamente, pontuam 3.
Certificação de Grupo	A certificação ou verificação de grupo é permitida?	A norma não permite certificação para grupos: 1; A norma permite que a certificação seja em grupo: 2.
Plano de Ação Corretiva	Um plano de ação corretiva é preparado?	A norma não disponibiliza este plano de ação: 1; A norma disponibiliza este material: 2.
Disponibilidade e dos Resultados da Auditoria	Os resultados da auditoria são disponibilizados ao operador verificado/certificado?	A norma não disponibiliza feedback dos resultados pós-auditoria: 1; A norma disponibiliza o feedback após auditoria: 2.
Funções e Responsabilidades da Equipe	A norma define claramente e disponibiliza ao público os membros do seu Conselho e as suas responsabilidades e funções?	A norma não disponibiliza esse organograma ao público: 1; A norma disponibiliza mediante solicitação, 2; A norma dispõe essas informações publicamente: 3.
Regimes e Adaptações Nacionais	Documentos e políticas completos e adaptados à nacionalidade do produtor	A norma não permite essa adaptação ao contexto nacional: 1; A norma realiza essa adaptação: 2.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Notas: Os dados foram coletados em setembro de 2025.

O segundo pilar agrupa variáveis as variáveis de governança que foram analisadas ao longo do trabalho, servindo como referência para compreender os elementos que influenciam a estrutura e os mecanismos de controle adotados.

A variável “Disponibilidade da Estrutura do Organograma Institucional” se refere à disponibilidade da estrutura organizacional da norma para o que o produtor tenha acesso e conhecimento dessa estrutura, visando se adequar e planejar suas ações como *stakeholder*.

A variável “Participação das Partes Interessadas na Governança” reflete a possibilidade de os produtores exercerem sua opinião nos processos de elaboração e mudanças das normas voluntárias, majoritariamente sobre aspectos de governança. Sob a ótica do produtor, é fundamental possuir espaço para manifestação e poder expressar sua perspectiva de realidade e pensamento diante de decisões que, direta ou indiretamente, possam impactá-lo. Essa participação contribui para a construção de processos decisórios mais inclusivos e alinhados às necessidades dos envolvidos.

A variável “Responsabilidade do Órgão de Governança” representa a capacidade da norma em prestar contas aos *stakeholders* interessados pelas decisões tomadas, sejam eles internos ou externos à organização. Para os produtores, essa transparência contribui para o fortalecimento das relações institucionais e viabiliza um planejamento mais eficaz, alinhado às decisões e estratégias adotadas.

A variável “Representatividade na Tomada de Decisão” considera se os procedimentos de votação do órgão máximo de tomada de decisões garantem que haja uma representação equilibrada das partes interessadas. Como dito anteriormente, como produtor, é importante ter lugar de fala e uma representatividade equilibrada nas decisões da norma.

A variável “Informações para contato” avalia como as normas tratam da disponibilidade de recursos para contato, seja via mensagens de texto ou áudio, independentemente de quais sejam as plataformas. Como produtor, é importante ter um canal de comunicação de fácil entendimento e através de mecanismos cotidianos e populares, como o celular, tornando este ponto importante para mensurar a amigabilidade das normas.

A variável “Documentos e Políticas” condiz com a disponibilidade pública, ou não, dos documentos e políticas da norma. Como produtor, ter acesso à essa documentação facilita no processo de adequação e fortalece o relacionamento entre as partes envolvidas, tornando o tópico bem pertinente à pauta analisada.

A variável “Operações Certificadas Públicas” refere-se às empresas, fazendas ou unidades produtivas que foram auditadas e certificadas por uma norma e cujos dados de certificação são disponibilizados publicamente na plataforma. Essas informações colaboram com a já citada melhora do relacionamento e facilitação do processo de adequação do produtor.

A variável “Decisões de Certificação Públicas” consiste na divulgação transparente dos resultados das auditorias realizadas por organismos certificadores, indicando se uma operação do produtor foi aprovada, reprovada ou recebeu ações corretivas. Essas informações incluem o escopo da avaliação, os critérios aplicados e o status da certificação, sendo disponibilizadas para garantir credibilidade e permitir que partes interessadas verifiquem a conformidade com padrões sociais, ambientais e de qualidade. Esse mecanismo reforça a governança e a confiança nos sistemas de certificação, alinhando-se às boas práticas internacionais.

A variável “Resolução de Reclamações” se refere à transparência em relação aos documentos utilizados na resolução de reclamações e nos processos de decisão da norma, atrelando também a transparência à amigabilidade.

A variável “Relatório Anual” trata da transparência atrelada aos documentos de demonstração dos resultados anuais da norma. Este relatório engloba diversos aspectos que são importantes para a decisão dos stakeholders e, como produtor, ter acesso a um documento com todas as informações, como por exemplo, aspectos financeiros, gerenciais, sustentáveis, retrospecto periódico, entre outras, auxilia na identificação das estratégias tomadas pela gerência, além de servir como um canal de exposição para outros *stakeholders* da gestão da norma.

A variável “Demonstração Financeira” trata da transparência dos demonstrativos de resultado do exercício e outros extratos financeiros e como tais documentos são disponibilizados. Ao produtor, é importante o conhecimento sobre a saúde financeira da norma, bem como entender se as decisões que estão sendo tomadas pela gestão, condizem com a realidade.

A variável “Reclamações e Apelações” refere-se aos mecanismos disponibilizados por uma norma de certificação para que partes interessadas — como produtores, compradores ou consumidores — possam contestar decisões ou relatar inconformidades relacionadas ao processo de certificação. Esse indicador avalia se existem procedimentos formais, transparentes e acessíveis para registrar reclamações ou apelações, bem como a forma como elas são tratadas e resolvidas. A presença desses mecanismos é considerada uma boa prática de governança, pois garante *accountability*, promove confiança no sistema e assegura que possíveis erros ou injustiças sejam corrigidos de maneira imparcial e documentada.

A variável “Melhoria/Aperfeiçoamento” reflete a existência, ou não, de uma política da norma visando a melhoria e aperfeiçoamento da operação dos produtores participantes, logicamente, sendo mais amigáveis aquelas que dispõem desse material indicativo.

Por fim, a variável “Consulta” apresenta se a definição e forma como a norma é aplicada, estão disponíveis publicamente. O Quadro 4 apresenta as variáveis relacionadas à governança e as pontuações atribuídas a cada resposta das normas.

Quadro 4 - Variáveis relacionadas à governança das normas e pontuação para os atributos

Variável	Descrição Variável Como Cumprir	Resposta/atributo
Participação das Partes Interessadas na Governança	As partes interessadas têm a possibilidade de participar ou contribuir formalmente para a governança da norma?	A norma não permite essa participação: 1; A norma permite participação: 2.
Responsabilidade do Órgão de Governança	Existe um mecanismo pelo qual os principais membros do órgão de tomada de decisão respondem a todas as partes interessadas?	A norma não disponibiliza esse mecanismo: 1; A norma disponibiliza mediante solicitação: 2; A norma dispõe essas informações publicamente: 3.
Representatividade na Tomada de Decisão	Os procedimentos de votação do órgão máximo de tomada de decisões garantem que haja representação equilibrada das partes interessadas?	A norma não permite essa representação: 1; A norma concede essa representação: 2.
Informações para Contato	Telefone ou endereço para receber notificações	A norma não disponibiliza informações de contatos: 1; A norma disponibiliza informações de contatos: 2.
Documentos e Políticas	Os documentos e políticas da norma estão disponíveis publicamente?	A norma não disponibiliza os materiais indicados: 1; A norma disponibiliza publicamente: 2.
Operações Certificadas Públicas	As informações sobre as operações certificadas/verificadas pela norma estão disponíveis publicamente?	A norma não disponibiliza esses documentos publicamente: 1; A norma oferece acesso público às documentações: 2.
Decisões de Certificação	As decisões de aprovação/ reprovação de auditorias estão disponíveis publicamente?	A norma não disponibiliza publicamente essas decisões: 1; A norma disponibiliza publicamente essa decisão: 2.
Continua		

Variável	Descrição Variável	Resposta/atributo
Como Cumprir		
Relatório Anual	Os relatórios anuais da norma estão disponíveis publicamente?	A norma não permite a consulta pública a esse material: 1; A norma disponibiliza o material publicamente: 2.
Demonstração Financeira	As demonstrações financeiras da norma são disponibilizadas publicamente?	A norma não disponibiliza esses documentos: 1; A norma disponibiliza esses demonstrativos: 2.
Reclamação e Apelação	A norma possui políticas documentadas e publicamente disponíveis para resolução de reclamações, disputas e apelações?	A norma não disponibiliza publicamente esses documentos: 1; A norma concede acesso público aos documentos: 2.
Melhoria/Aperfeiçoamento	Existe uma política para melhorar continuamente a norma?	não disponibilizam esse material, pontuam 1; disponibiliza esse material, pontuam 2.
Consulta	A definição e atualização da norma está sujeita à consulta pública?	Não está sujeita a consulta pública: 1; Está sujeita a consulta pública: 2.

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Standards Map Database setembro de 2025

A escolha das variáveis utilizadas na construção do Índice de Amigabilidade das Normas Voluntárias Sustentáveis (IAN) foi fundamentada em uma revisão criteriosa da literatura e na disponibilidade das informações do Standards Map Database. A pontuação foi criada pelo autor inspirada em trabalhos como Hidalgo et al. (2022) e Depoorter & Marx (2024), que utilizam sistemas de pontuação para comparar normas voluntárias em diferentes setores e mensurar o grau de acessibilidade das normas para os produtores.

3.3. ÍNDICE DE AMIGABILIDADE DAS NORMAS VOLUNTÁRIAS SUSTENTÁVEIS

O conceito de amigabilidade das NVS no contexto deste trabalho refere-se ao grau de acessibilidade, suporte e inclusão proporcionados por essas normas aos produtores, especialmente pequenos e médios. Trata-se de uma dimensão que abrange variáveis institucionais como transparência, participação dos stakeholders, custos de implementação e

certificação, assistência financeira, mecanismos de governança e adaptação nacional das normas. A amigabilidade é, portanto, um atributo que mede o quanto o desenho institucional da NVS pode facilitar a adoção e a conformidade por parte dos produtores, reduzindo barreiras e promovendo um ambiente institucional mais equitativo e participativo.

A construção do Índice de Amigabilidade das Normas Voluntárias Sustentáveis (IAN) fundamenta-se na literatura que recomenda o uso de índices compostos para mensurar aspectos institucionais e operacionais de políticas de sustentabilidade (Hidalgo et al., 2022; Depoorter & Marx, 2024). O IAN foi concebido para avaliar, de maneira comparativa e intersetorial, o grau de suporte, transparência e inclusão proporcionado pelas normas aos produtores. Para tanto, foram selecionadas variáveis que refletem dimensões críticas do desenho institucional, como mecanismos de participação, transparência nos custos, assistência técnica e financeira, e adaptabilidade nacional, conforme destacado por Fiorini et al. (2018) e UNFSS (2022).

O índice é calculado a partir da soma das pontuações atribuídas a cada variável, conforme os critérios estabelecidos nos Quadros 3 e 4, resultando em um escore total para cada norma. A fórmula utilizada é apresentada na Equação (1):

$$IAN = \sum_{i=1}^n \alpha_i \quad (1)$$

em que IAN é o escore total da norma indicando a amigabilidade para com os produtores; α_i é o valor do atributo/resposta de cada variável i e n é o número total de variáveis consideradas. O IAN varia de 22 a 48 pontos, sendo 48 para as normas mais amigáveis e 22 para as normas menos amigáveis. No entanto, em nossa análise algumas normas não disponibilizam as respostas para todas as variáveis na plataforma do Standards Map, o que faz com que o IAN apresente valores menores que 22 dada a existência desses “*missings*”.

A presença de respostas ausentes, denominadas *missings*, constitui um aspecto metodológico relevante para este estudo, especialmente na avaliação do Índice de Amigabilidade da Norma (IAN). Os *missings* representam variáveis que não possuem respostas disponíveis para uma determinada norma, o que pode ocorrer por falta de atualização ou registro na plataforma, e não necessariamente pela inexistência do procedimento na norma analisada.

Os *missings* afetam diretamente a precisão e a representatividade dos resultados obtidos. Quando uma norma apresenta um número elevado de *missings* parte significativa de

seus atributos deixa de ser considerada no cálculo do IAN, o que distorce a pontuação final e dificulta comparações entre diferentes normas ou setores. Por exemplo, no setor de soja, foram identificados 74 *missings*, de 330 respostas possíveis, aproximadamente 22% das respostas possíveis não foram contabilizadas, o que resultou em maior dispersão dos *scores*. Já no setor de café, apenas 19 *missings* de 308 respostas possíveis totais, ou aproximadamente 6%, foram observadas. A menor incidência de *missings* contribuiu para uma análise mais consistente e para *scores* mais elevados no setor de café.

Além disso, os *missings* funcionam como um indicador indireto do grau de transparência e acessibilidade das informações sobre as normas. A ausência de dados pode sinalizar limitações na divulgação ou na gestão das informações disponibilizadas pelas entidades responsáveis, impactando a avaliação da amigabilidade das normas para os produtores. Portanto, considerar e mensurar os *missings* é fundamental para garantir a robustez da análise, permitindo que o estudo reflita não apenas os resultados quantitativos, mas também as limitações e desafios inerentes ao processo de coleta e tratamento dos dados.

4. RESULTADO

A Tabela 1 mostra o IAN e o ranking de cada norma com base no índice para o setor de soja. É possível observar como o ranking se desenha, desde a mais amigável que é a *International Sustainability and Carbon Certification (ISCC)*, com IAN 45, até a norma *International Responsible Agriculture Standard (COFCO)* que aparece na última posição do ranking com IAN de 12.

Tabela 1 – Índice de amigabilidade da norma e ranking do índice para o setor de soja

Soja		
Norma	IAN	Ranking
ADM Responsible	25	12
LDC Program	18	13
SODRU Sustainable	7	15
Sustainable Farming Assurance Programme	28	9
Cefetra Certified Responsible Soya Standard	31	8
COFCO International Responsible Agriculture Standard	12	14
GMP+	42	2
Origins Field (by Amaggi)	36	6

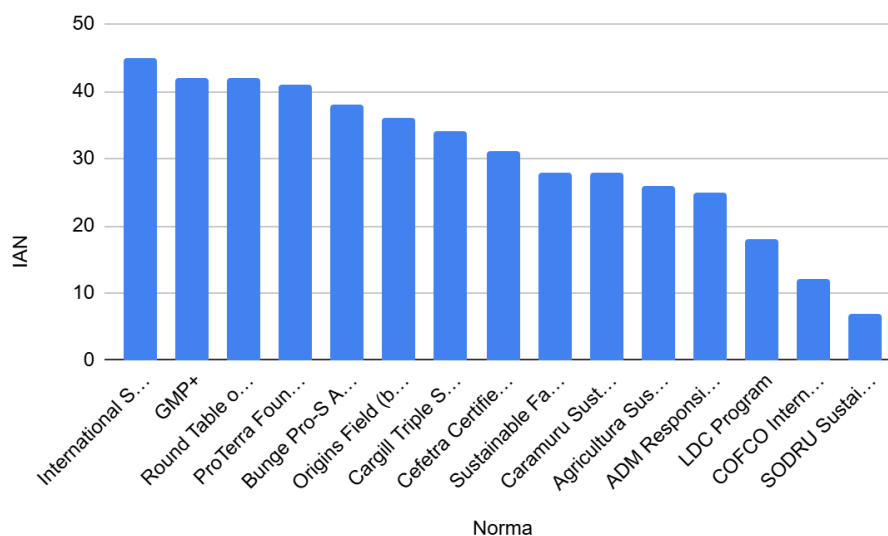
Continua

Soja		
Norma	IAN	Ranking
Caramuru Sustentar Programme	28	9
RSG Requirements	0	16
Bunge Pro-S Assuring Sustainable Sourcing	38	5
Cargill Triple S Soya Products	34	7
ProTerra Foundation	41	4
International Sustainability and Carbon Certification (ISCC)	45	1
Agricultura Sustentable Certificada + Module on Non-conversion	26	11

Fonte: Elaborada pelo autor.

No caso da soja, os *missings* colaboram para um número maior de normas com IAN mais baixos. A Figura 1 mostra os valores dos IAN das normas no setor de soja e é possível observar a heterogeneidade nos valores dos índices, o que é influenciado pelos *missings*.

.Figura 1 – IAN das normas analisadas para o setor de soja



Fonte: Elaborada pelo autor.

No caso do setor de café, a Tabela 2 apresenta o índice de amigabilidade da norma e o ranking da norma com base no índice. A representação mostra como a classificação se organiza, desde a *GLOBALG.A.P. Risk Assessment on Social Practice (GRASP)*, com IAN de 47, até a última colocada, que é a *McDonald's Supplier Workplace Accountability*, com IAN 27.

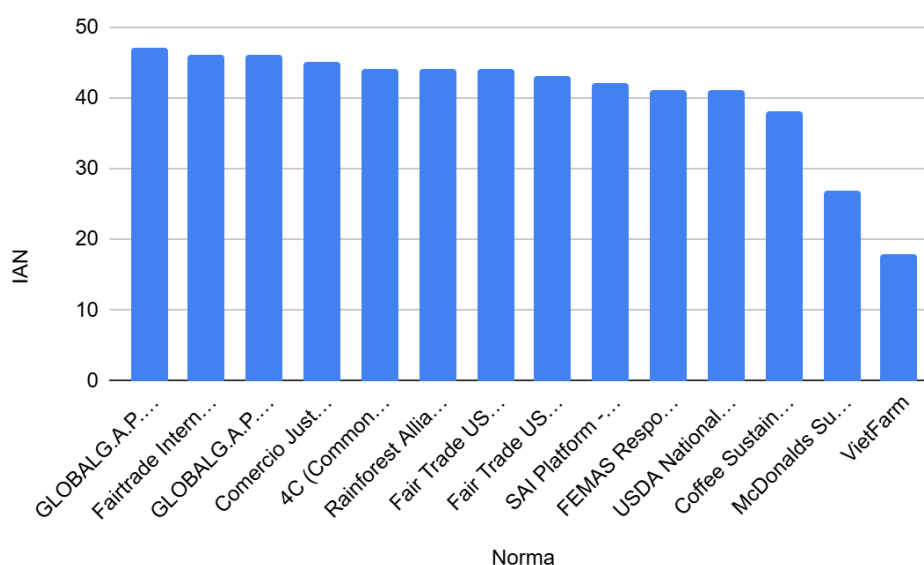
Tabela 2 - Índice de amigabilidade da norma e ranking do índice para o setor de café

Café		
Norma	IAN	Ranking
Coffee Sustainability Reference Code	38	12
4C (Common Code for the Coffee Community)	44	5
Fairtrade International	46	2
GLOBALG.A.P. IFA Smart – principles and criteria for fruit and vegetables + GRASP	46	2
Comercio Justo Internacional - Organizaciones de Pequeños Productores	45	4
Rainforest Alliance	44	5
FEMAS Responsible Sourcing Module 2021	41	10
McDonalds Supplier Workplace Accountability	27	13
SAI Platform - Farm Sustainability Assessment FSA	42	9
USDA National Organic Program - NOP	41	10
Fair Trade USA APS for Large Farms and Facilities	44	5
Fair Trade USA APS for Small Farms and Facilities	43	8
GLOBALG.A.P. Risk Assessment on Social Practice (GRASP)	47	1
VietFarm	18	14

Fonte: Elaborada pelo autor

Ao analisar os resultados para o café, é possível observar um comportamento mais homogêneo entre as normas, com índices mais elevados e próximos ao score máximo para o índice. Neste setor, doze, das quatorze normas possuem um ou nenhum *missing*. Apenas um outlier é encontrado, com 13 *missings*. Este resultado mais homogêneo pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 - IAN para as normas analisadas do setor de café



Fonte: Elaborada pelo autor.

Identifica-se ainda que, onze das quatorze normas apresentaram IAN superior a 40, indicando que as normas no setor de café são, em geral, mais amigáveis que as normas do setor de soja. Também se observa que com exceção da Vietfarm e *McDonald's Supplier Workplace Accountability*, todas as outras normas têm índices altos e bem semelhantes, enquanto a análise do setor de soja contabilizou apenas quatro das dezesseis normas analisadas com IAN superiores à 40.

A Tabela 3 mostra as estatísticas descritivas do IAN para os setores de soja e café. Essa tendência encontrada nas análises sugere que o mercado de café é mais amigável aos produtores.

Tabela 3 – Estatística Descritiva do IAN dos setores de Soja e Café

Estatística	Soja	Café
Nº Normas	15	14
Missings	74	19
% Missings	22,42%	6,17%
Média	30,2	40,42
Mediana	31	43,5
Desvio Padrão	10,94	7,85
Valor Mínimo	7	18
Valor Máximo	45	47

Fonte: Elaborada pelo autor.

Observa-se inicialmente que o número de normas é semelhante entre as duas culturas, com 15 para soja e 14 para café. No entanto, a proporção de dados ausentes difere significativamente, sendo que a soja apresenta 22,42%, enquanto café apenas 6,17%. Essa discrepância indica maior consistência nos dados referentes ao café, o que pode impactar a confiabilidade das análises subsequentes.

Em relação às medidas de tendência central, a média do IAN para soja é de 30,2, enquanto para café é de 40,42, sugerindo que, em geral, os valores associados ao café são superiores.

Quanto à dispersão, o desvio padrão para soja (10,94) é maior que para café (7,85), evidenciando maior variabilidade nos dados da soja. Essa maior dispersão implica que os valores para soja estão mais heterogêneos, enquanto os do café são relativamente mais homogêneos. Os valores mínimo e máximo também corroboram essa análise: café varia entre 18 e 47, enquanto a soja varia entre 7 e 45.

Resumidamente, os dados indicam que o IAN das normas relacionadas ao café apresenta valores médios mais elevados, com menor dispersão, enquanto as normas da soja são mais heterogêneas e apresentam maior proporção de dados ausentes. Esses aspectos devem ser considerados na interpretação dos resultados e na discussão sobre possíveis implicações para a padronização e aplicação das normas em cada cultura.

Na condução da análise das Normas Voluntárias de Sustentabilidade (NVS) nos setores de soja e café, a presença de respostas ausentes é um fator relevante para a interpretação dos resultados obtidos para o IAN. É importante ressaltar que a inexistência de uma resposta não necessariamente indica a ausência do procedimento ou característica na norma analisada, mas sim a falta de registro ou atualização na base consultada.

As Tabelas 4 e 5 apresentam informações referentes às características das normas analisadas. Essas informações incluem o ano em que as normas foram instituídas, se a norma tem uma característica de atuação com os consumidores, ou seja, *Business to Consumers* (B2C) ou atuam apenas entre empresas, ou seja, *Business to Business* (B2B), se a norma possui uma gestão de stakeholder privada ou pública e o foco no elo da cadeia de valor.

Tabela 4 – Características das normas analisadas do setor de café

Norma	Café				Foco na cadeia de valor			
	IAN	Ano Instituído	B2B ou B2C	Privado ou Público?	Prod.	Fabri.	Distr.	Cons.
GLOBALG.A.P. Risk Assessment on Social Practice (GRASP)	47	1997	B2B e B2C	Multilateral	Sim	Sim	Não	Não
Fairtrade International	46	1997	B2C	Privado	Sim	Sim	Sim	Não
GLOBALG.A.P. IFA Smart – principles and criteria for fruit and vegetables + GRASP	46	1997	B2B e B2C	Não aplicável	Sim	Sim	Sim	Não
Comercio Justo Internacional - Organizaciones de Pequeños Productores	45	1997	B2B	Privado	Sim	Sim	Sim	Não
4C (Common Code for the Coffee Community)	44	2016	B2B e B2C	Privado	Sim	Sim	Sim	Não
Rainforest Alliance	44	1987	B2B e B2C	Não aplicável	Sim	Sim	Sim	Não
Fair Trade USA APS for Large Farms and Facilities	44	2012	B2B e B2C	Privado	Sim	Não	Não	Não
Fair Trade USA APS for Small Farms and Facilities	43	2012	B2B e B2C	Privado	Sim	Sim	Sim	Não
SAI Platform - Farm Sustainability Assessment FSA	42	2002	B2B	Privado	Sim	Não	Não	Não
FEMAS Responsible Sourcing Module 2021	41	2015	B2B	Privado	Sim	Sim	Sim	Não
USDA National Organic Program - NOP	41	1990	B2B	Público	Sim	Sim	Não	Não

Continua

Café					Foco na cadeia de valor			
Norma	IAN	Ano Instituído	B2B ou B2C	Privado ou Público?	Prod.	Fabri.	Distr.	Cons.
VietFarm	18	2005	B2B e B2C	Internacional	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela 5 – Características das normas analisadas do setor de soja

Soja					Foco na cadeia de valor			
Norma	IAN	Ano Instituído	B2B ou B2C	Privado ou Público?	Prod.	Fabri.	Distr.	Cons.
International Sustainability and Carbon Certification (ISCC)	45	2010	B2B e B2C	Privado	Sim	Sim	Sim	Sim
GMP+	42	1992	B2B	Privado	Sim	Sim	Sim	Não
Round Table on Responsible Soy (RTRS)	42	2006	B2B e B2C	Internacional	Sim	Sim	Sim	Não
ProTerra Foundation	41	1999	B2B e B2C	Privado	Sim	Sim	Sim	Não
Bunge Pro-S Assuring Sustainable Sourcing	38	2012	B2B	Privado	Sim	Sim	Sim	Sim
Origins Field (by Amaggi)	36	1977	B2B	Privado	Sim	Sim	Sim	Não
Cargill Triple S Soya Products	34	1865	B2B	Privado	Sim	Sim	Sim	Não
Cefetra Certified Responsible Soya Standard	31	2008	B2B e B2C	Privado	Sim	Sim	Sim	Não
Sustainable Farming Assurance Programme	28	2017	B2B	Não aplicável	Sim	Não	Não	Não
Caramuru Sustentar Programme	28	1964	B2B e B2C	Privado	Sim	Não	Não	Não

Continua

Norma	Soja				Foco na cadeia de valor			
	IAN	Ano Instituído	B2B ou B2C	Privado ou Público?	Prod.	Fabri.	Distr.	Cons.
LDC Program	18	1851	B2B	Privado	Sim	Sim	Sim	Não
COFCO International Responsible Agriculture Standard	12	2017	B2B	Privado	Sim	Sim	Sim	Não
SODRU Sustainable	7	1994	B2B	Privado	Sim	Não	Não	Não

Fonte: Elaborada pelo autor.

A maioria das normas foi criada entre as décadas de 1990 e 2010, refletindo o crescimento das preocupações com sustentabilidade e rastreabilidade na produção agropecuária. Destaca-se o Rainforest Alliance (1987) como o mais antigo, evidenciando seu pioneirismo em práticas sustentáveis. Em contraste, certificações como Cargill Triple S (2018) e LDC Program (2017) são mais recentes, indicando iniciativas corporativas voltadas à sustentabilidade.

A predominância dos modelos B2B (*Business to Business*) é evidente em ambas as tabelas, especialmente entre os padrões voltados à produção primária e insumos. No entanto, há uma presença significativa de padrões híbridos (*B2B e B2C*) na tabela 4 (setor cafeeiro), como Fairtrade International, Rainforest Alliance e UTZ Certified, que visam também o consumidor final, reforçando a importância da transparência e da confiança na cadeia de valor.

A maioria das normas é de natureza privada, com exceção de iniciativas como a *McDonald's Supplier Workplace Accountability* e a GLOBALG.A.P. Risk Assessment on Social Practice (GRASP), que são multilateralmente geridas. A presença de normas multilateralmente administradas, como GLOBALG.A.P e Rainforest Alliance, sugere maior legitimidade e aceitação internacional, especialmente em mercados exigentes. As normas classificadas como “internacionais” podem ser consideradas multilaterais também, mas possuem uma maior relevância e atuação internacional.

É possível identificar um dos atributos como “não aplicável”, na análise de regime público ou privado. Conforme a classificação utilizada pelo Standards Map Database, o termo “não aplicável” para a definição de uma norma voluntária de sustentabilidade como pública ou privada refere-se a situações em que a natureza institucional da norma não se enquadra

estritamente nessas categorias. Isso ocorre, por exemplo, quando a norma é gerida por uma coalizão multissetorial, uma organização internacional, ou um arranjo híbrido que envolve múltiplos tipos de atores (governos, setor privado, ONGs, organismos multilaterais), tornando inadequada a classificação exclusiva como pública ou privada.

No que se refere ao foco de atuação na cadeia de valor, observa-se que no setor de soja a maioria das normas cobre até a etapa de distribuição, com ausência de foco no consumo final e nenhuma norma contempla integralmente os quatro elos da cadeia. Ao contrário, no setor cafeeiro as normas são mais abrangentes, com maior número de normas cobrindo todas as etapas, inclusive o consumo, refletindo uma maior preocupação com a rastreabilidade e impacto social ao longo de toda a cadeia.

Dessa forma, é difícil encontrar uma relação entre as cadeias de atuação de cada norma e o IAN. Porém, podemos identificar que além de todas contemplarem a esfera produtiva, a esfera de consumo está sendo considerada por normas mais novas, mais especificamente, normas instituídas a partir da virada do milênio. Isso representa uma maior preocupação com a certificação da qualidade dos produtos oferecidos e uma maior atenção às adequações das relações de consumo, para torná-la cada vez mais sustentável, assim como as relações de produção, exploradas neste trabalho.

O setor cafeeiro, historicamente, consolidou uma tradição de certificação e de participação ativa de pequenos produtores em esquemas de sustentabilidade. Segundo Bermudez et al. (2022) e Kemper et al. (2023), a participação das Normas Voluntárias de Sustentabilidade (NVS) no mercado de café é expressiva, com cerca de 23,9% da produção mundial certificada em 2021, e crescimento anual consistente desde 2008. Essa trajetória está associada à forte demanda internacional por rastreabilidade, qualidade e práticas socioambientais, o que impulsionou a criação de normas mais inclusivas, transparentes e adaptadas à realidade dos produtores. Além disso, a presença de organizações multilaterais e normas com atuação internacional no setor cafeeiro contribui para uma governança mais aberta, com maior participação dos stakeholders e mecanismos de apoio ao produtor (Fiorini et al., 2018; IISD, 2022).

Em contraste, o setor de soja é caracterizado por uma cadeia produtiva mais concentrada, com predominância de grandes empresas e menor participação de pequenos produtores nos processos decisórios das normas. Conforme apontado por Bennett (2017) e Depoorter & Marx (2024), muitas das normas relevantes para a soja são geridas por grandes players internacionais, frequentemente distantes da realidade brasileira, o que dificulta a adaptação dos requisitos às especificidades locais. Isso se reflete em maior número de

variáveis ausentes nas normas de soja, menor transparência e menor oferta de mecanismos de suporte direto ao produtor. A heterogeneidade dos índices de amigabilidade no setor de soja também indica a ausência de um padrão consolidado de boas práticas voltadas à inclusão e ao suporte dos produtores, dificultando a adoção das normas, especialmente por pequenos e médios agricultores.

Portanto, a maior amigabilidade observada no setor de café reflete uma estrutura de governança mais participativa, transparente e adaptada às necessidades dos produtores, resultado de uma trajetória histórica de valorização da sustentabilidade e da inclusão social na cadeia. Já o setor de soja, apesar de sua relevância econômica, ainda enfrenta desafios institucionais para tornar suas normas mais acessíveis e alinhadas à realidade dos produtores, evidenciando a necessidade de avanços em políticas de inclusão, transparência e suporte, conforme sugerido por UNFSS (2022) e Hidalgo et al. (2022). Esses achados reforçam a importância de considerar as especificidades estruturais de cada cadeia produtiva na formulação e implementação de normas voluntárias de sustentabilidade.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou avaliar quão amigáveis aos produtores de soja e café são as normas voluntárias de sustentabilidade. Para tanto foram selecionadas as principais normas de cada setor, considerando critérios de relevância de mercado, abrangência e representatividade.

Com base em características do desenho institucional das normas foi criado o Índice de Amigabilidade da Norma que permitiu mensurar e comparar o grau de amigabilidade e suporte oferecido pelas normas aos produtores dos dois setores.

Os resultados obtidos demonstraram que, no setor da soja, há maior dispersão nos índices de amigabilidade, com *scores* variando amplamente entre as normas analisadas. Em contrapartida, o setor cafeeiro apresentou uma concentração de *scores* elevados, indicando maior uniformidade e, conseqüentemente, maior suporte e inclusão dos produtores. Diante desses achados, conclui-se que as normas voluntárias sustentáveis do setor de café são, em geral, mais acessíveis e favoráveis aos produtores do que as do setor de soja.

Este estudo contribui para o campo acadêmico ao propor um índice inédito de amigabilidade das normas permitindo comparações intersetoriais e identificando fatores que favorecem a inclusão de pequenos produtores.

Como sugestões para trabalhos futuros, recomenda-se a realização de análises qualitativas aprofundadas sobre a experiência dos produtores com diferentes normas, a investigação dos impactos econômicos da certificação e o desenvolvimento de estratégias para ampliar a inclusão e o suporte aos pequenos produtores. Ademais, destaca-se a necessidade de estudos voltados à harmonização entre normas e à adoção de abordagens progressivas, que facilitem a adaptação dos produtores às exigências de sustentabilidade, contribuindo para o fortalecimento das cadeias produtivas e para a promoção do desenvolvimento sustentável no agronegócio brasileiro.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENNETT, Elizabeth A. Who Governs Socially-Oriented Voluntary Sustainability Standards? Not the Producers of Certified Products. *World Development*, v. 91, p. 53–69, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.10.010>. Acesso em: 29 set. 2025.

BERMUDEZ, Steffany; VOORA, Vivek; LARREA, Cristina. *Global Market Report: Coffee prices and sustainability (Sustainable Commodities Marketplace Series)*. Winnipeg: International Institute for Sustainable Development, 2022. Disponível em: <https://www.iisd.org/publications/report/global-market-report-coffee>. Acesso em: 29 set. 2025.

COMEXSTAT. Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/>. Acesso em: 29 set. 2025.

DECONINCK, Koen; HOBEIKA, May. Understanding the impact of consumer-oriented assurance schemes: a review of voluntary standards and labels for the environmental sustainability of agri-food products. *OECD Food, Agriculture and Fisheries Paper n°200*, July 2023. Paris: OECD, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/2077678x>. Acesso em: 29 set. 2025.

FIORINI, Matteo; HOEKMAN, Bernard; JANSEN, Marion; SCHLEIFER, Philip; SOLLEDER, Olga; TAIMASOVA, Regina; WOZNIAK, Joseph. Exploring voluntary sustainability standards using ITC Standards Map: On the accessibility of voluntary

sustainability standards for suppliers. ITC Working Paper Series, WP-04-2016.E, Version 2, October 2016. Geneva: International Trade Centre, 2016. Disponível em: <https://www.intracen.org/publication/The-State-of-Sustainable-Markets/>. Acesso em: 29 set. 2025.

FIORINI, Matteo; HOEKMAN, Bernard; JANSEN, Marion; SCHLEIFER, Philip; SOLLEDER, Olga; TAIMASOVA, Regina; WOZNIAK, Joseph. Institutional design of voluntary sustainability standards systems: Evidence from a new database. *Development Policy Review*, v. 37, p. O193–O212, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/dpr.12379>. Acesso em: 24 nov. 2022.

GIDDENS, Anthony. *The constitution of society: outline of the theory of structuration*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1984.

HENSON, Spencer; HUMPHREY, John. The impacts of private food safety standards on the food chain and on public standard-setting processes. Paper prepared for FAO/WHO. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) and World Health Organization (WHO), 2009. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i1132e/i1132e.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

HIDALGO, Laura. M.G; de FARIA, Rosane Nunes; PIAO, Roberta Souza; WIECK, Christine. (2022). Multiplicity of sustainability standards and potential trade costs in the palm oil industry. *Agribusiness*, v. 39, n. 1, p. 263-284, 2022. DOI:10.1002/agr.21768.

JUDGE-LORD, Devin; McDERMOTT, Constance L.; CASHORE, Benjamin. Do Private Regulations Ratchet Up? How to Distinguish Types of Regulatory Stringency and Patterns of Change. *Organization & Environment*, v. 33, n. 1, p. 96–125, 2020. DOI: 10.1177/1086026619858874.

KEMPER, Laura; SAMPSON, Gregory; BERMÚDEZ, Steffany; SCHLATTER, Bernhard; LUNA, Erika; DANG, Duc; WILLER, Helga. *The State of Sustainable Markets 2024: Statistics and emerging trends*. Geneva: International Trade Centre; International Institute for Sustainable Development; Research Institute of Organic Agriculture, 2024. 80 p. ISBN

978-92-1-107052-1. Disponível em: <https://www.intracen.org/publications>. Acesso em: 29 set. 2025.

MARTINS, Michelle Marcia Viana; DENNY, Danielle Mendes Thame; CECHIN, Alicia; BISPO, Scarlett Queen Almeida; NONNENBERG, Marcelo Braga; CARNEIRO, Flávio Lyrio. Normas voluntárias de sustentabilidade no comércio internacional: aspectos teóricos, metodológicos e conceituais. 1. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. Texto para Discussão. Publicação preliminar. Acesso em: 29 set. 2025.

MARX, Axel; DEPOORTER, Charline; FERNANDEZ DE CORDOBA, Santiago; VERMA, Rupal; ARAOZ, Mercedes; AULD, Graeme; BEMELMANS, Janne; BENNETT, Elizabeth A.; BOONAERT, Eva; BRANDI, Clara; DIETZ, Thomas; FOUILLEUX, Eve; GRABS, Janina; GULBRANDSEN, Lars H.; HARRISON, James; HEILMAYR, Robert; HERNANDEZ, Ariel; HOEKMAN, Bernard; LAMBERT, Siti Rubiah; LAMBIN, Eric; LI, Li; MAERTENS, Miet; BATISTIC, Paulo Mortara; MICHIDA, Etsuyo; NAKAGAWA, Junji; NEGI, Archana; PÉREZ-PINEDA, Jorge A.; PONTE, Stefano; RUEDA, Ximena; SCHLEIFER, Philip; THORSTENSEN, Vera; VAN DER VEN, Hamish. Global governance through voluntary sustainability standards: Developments, trends and challenges. *Global Policy*, v. 15, p. 708–728, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1758-5899.13401>. Acesso em: 29 set. 2025.

PIAO, Roberta Souza; FONSECA, Lyon; JANUÁRIO, Eder de Carvalho; SAES, Maria Sylvia Macchione; ALMEIDA, Luciana Florencio de. The adoption of Voluntary Sustainability Standards (VSS) and value chain upgrading in the Brazilian coffee production context. *Journal of Rural Studies*, v. 71, p. 13–22, 2019. DOI: 10.1016/j.jrurstud.2019.09.007. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.09.007>. Acesso em: 29 set. 2025.

UNITED NATIONS FORUM ON SUSTAINABILITY STANDARDS. Voluntary Sustainability Standards, Sustainability Agenda and Developing Countries: Opportunities and Challenges. 5th Flagship Report. Geneva: UNFSS, 2022. Disponível em: <https://unfss.org/home/flagship-publication/>. Acesso em: 29 set. 2025.

VOORA, Vivek; BERMUDEZ, Steffany; LE, Han; LARREA, Cristina; LUNA, Erika. Global Market Report: Soybean prices and sustainability (Sustainable Commodities Marketplace

Series). Winnipeg: International Institute for Sustainable Development, 2024. Disponível em: <https://www.iisd.org/publications/report/global-market-report-soybean>. Acesso em: 29 set. 2025.

MARX, Axel; WOUTERS, Jan. Institutional design features of voluntary sustainability standards: Transparency and accountability. In: MARX, Axel; WOUTERS, Jan; et al. Private Standards and Global Governance: Economic, Legal and Political Perspectives. Cheltenham: Edward Elgar, 2014. p. 45-68.